TL5753

Dili, 28 de Fevereiro de 1997.-

Ex.mo Senhor
Governador da Província de Timor-Leste
em
Dili

Assunto : Investigação

Ex.mo Senhor,

Através desta carta, permita-me antes de mais informar a Sua Ex.cia o seguinte:

1- No passado dia 25 de Fevereiro de 1997, fui informado pelo Senhor Vice Governador no seu gabinete de que:

a- Conforme as indicações do Senhor Governador, hei-de ser investigado pôr uma comissão de IRSTANAS que já foi constituída.

b- irei ser investigado porque a minha declaração durante o fórum do diálogo aberto (19-02-97), entre a juventude de Timor com Sua Ex.cia Senhor Governador, Senhor comandante militar de Timor DAN REM 164 WD, Sua Excelência Reverendíssima Senhor Bispo da Diocese de Dili, Senhor comandante da Polícia de Timor (KAPOLDA), a qual apresentei a ideia para a realização de um REFERENDO :

c- Apresentando a ideia de um referendo, significa que estou ao lado do Ramos Horta.

d- Referendo significa que Timor-Leste vai ser independente, livre da Indonésia. Por este motivo fui acusado de ser anti-integracionista ; e

e- Pode ser realizado o Referendo quando dê garantias a integração.

2- Para o seguimento deste processo, no dia 27-02-97, recebi uma nota do IRSTANAS DPB Governador de Timor-Leste, Nomor:14/II/1997, datada 27 de Fevereiro de 1997, em que me convidou na qualidade de funcionário do estado Indonésio, com vista a ouvir as minhas declarações na sede de IRSTANAS.

Fotocópia da nota do IRSTANAS em anexo.

Relativamente ao plano da investigação, informo a Sua Ex.cia o seguinte :

1- Segundo a minha opinião, o problema de Timor é uma crise política que não é possível a sua solução através da violência, mas encontra-se através do diálogo,

sem negar o aspecto racional, humano e normas internacional.

1- Embora os tópicos que considerem poucos relevantes visto na condição de actualidade, considero o diálogo aberto em 19-02-97 como o primeiro toque embrional muito positivo e responsável dentro do formato de aproximação e diálogo acima mencionado :

2- Porque não foram determinados quais quer limites pela comissão organizadora e o moderador, pôr isso segundo a terminologia do meu entendimento, e, seguramente de todos os participantes naquele momento, de que o dialogo aberto é uma oportunidade em que todos os participantes pode livre e abertamente expressar as suas opiniões, experiências , sentimentos e ideias/opiniões sobre a questão de Timor-Leste.

4—Dentro do meu entendimento acima descrito,- com a excepção de alguns oradores- a maioria dos oradores vindos doutras regiões levantaram de propósito esta questão para aquecer o actual clima político, de entre a qual a violência perpetrada por militares e por elementos da GADAPAKSI (Jovens defensores da Integração) contra a população em todo o território.

Além deles, dentro da minha capacidade como uma personalidade convidada, fiz chegar a minha opinião.

Pelos vistos, a minha ideia apresentada era muito diferente. Diferente porque as ideias apresentadas pelos meus companheiros são ideias que se recorrem mais a violência, quando as minhas ideias são apresentadas de uma forma analítica e com propostas de solução. As minhas análises e propostas, foram apresentadas baseada na actual condição real em Timor-Leste e ao mesmo tempo dando alternativas para a solução; uma das alternativas era o referendo, ou outros modelos próximos mais construtivos comparando com as aproximações feitas durante estes últimos tempos. Tudo isto foi apresentado por mim, não com a intenção de conquistar alguma popularidade, ou dramatizar a situação contra a Indonésia, mas sim apenas contribuindo ao estado para poder solucionar a questão de Timor-Leste.

Falando sobre o futuro de Timor-Leste, sinto que tenho fortes convicções para propôr um referendo ou outros modelos de solução mais construtivos.

As minhas razões são as seguintes :

a- Consciente de que sou um Timorense e que retenho o direito de contribuir e decidir o futuro do meu povo e da minha terra (Timor Leste). Por que é que durante este tempo todo, outras pessoas podem falar do meu país, e eu não;

b- Durante os 21 anos foi declarado que somos parte integrante da Indonésia. Vejo que o estado indonésio não possui vontade política para resolver a questão de Timor Leste, de acordo com as aspirações do povo de Timor Leste

c- Os modelos de aproximação para solucionar a questão de Timor Leste durante os 21 anos são o desenvolvimento, a utilização do poder , a violência e a diplomacia à nível internacional. Mesmo assim não conseguiu INDONESIANIZAR os timorenses que ainda estão com dúvidas ou mesmo rejeitando a integração. Pelo contrário, dia após dia, o número dos contestatários contra o regime aumenta, incluindo os pró-integracionistas. Estas situações surgem porque os Timorenses NÃO SE SENTEM DONOS NA SUA PRÓPRIA TERRA.

d- A maioria do povo de Timor-Leste querem um referendo ou outra fórmula de solução que garante o direito dos Timorenses sem humilhar a Indonésia.

Honestamente digo, que na verdade a pessoa mais competente para fazer chegar estas aspirações ao Governo Central é Sua Ex.cia, visto que neste momento S. Ex.cia é acreditado pelo povo de Timor-Leste como seu Líder , e ao mesmo tempo, como porta-voz.

- Afinal, depois da minha intervenção ou das minhas análises e propostas acima mencionadas, fui acusado de ser um apoiante de RAMOS HORTA ; anti-Integracionista e, por último, sujeito a investigação?

Dentro deste contesto, tomei coragem para me dirigir a Sua Ex.cia, Senhor Governador :

- O que é que quer significar quando proponho um referendo, depois sou acusado de ser um seguidor de RAMOS HORTA, anti-integracionista e depois sujeito a uma investigação ?
- Por que é que rejeitamos a realização de um referendo, se tal referendo venha provar a tese da integração como uma decisão política do povo de Timor-Leste ?
- O que é que significa um diálogo denominado DIÁLOGO ABERTO, se depois de as pessoas abertamente expressarem as suas ideias e propostas são automaticamente reprimidas ?

Sem intenções de tirar o direito a Sua Ex.cia para responder a minha proposta, gostaria de esclarecer a Sua Ex.cia o seguinte :

- Fiz desta forma a minha intervenção porque o diálogo é aberto. E. se a minha intervenção reflecte uma intervenção política que prejudica a posição da Indonésia nas suas movimentações diplomáticas e reduz o impacto do problema de Timor-leste, então ainda estou consciente de que a minha intervenção, é apenas uma mera proposta onde o governo retém toda a autoridade de aceitá-la ou não .
- Dentro do contesto da minha intervenção, sinto-me que não mereço ser condenado. Se por acaso tiver que ser condenado, o

que é que vai acontecer aos organizadores (Presidente da KNPI de Timor-Leste), e, sem dúvida, Sua. Ex.cia como Governador e como o primeiro apoiante da realização deste forum de diálogo aberto, e os moderadores que não definiram os limites/fronteiras do debate ?

Se a lei é válida para todas as pessoas sem distinção, então todos estão sujeitos a ser condenados, porque os senhores é que criaram condições para a minha intervenção.

Todos nós sabemos que a actual situação e a condição política não nos favorece, então qual foi a necessidade de organizarmos um diálogo aberto sobre a questão de Timor-Leste ?

Ainda me lembro perfeitamente, antes de ser o secretário privado (SPRI) do governador , nunca teria imaginado que um dia falasse desta forma, mesmo sabendo o que é que está acontecendo ao meu redor. Depois de assumir as minhas funções como secretário privado (SPRI), começo a falar, não por motivos de frustração e falta de atenção por parte do senhor governador, mas "sinto-me em boa forma para poder intervir". Por isso é que as pessoas desconfiam e não acreditam mais no Imperador. Este é apenas uma parte do processo de consciencialização política ;

- Só para informação da Sua Ex.cia de que, segundo os meus cálculos que podem não estar certos, que esta atitude repressiva em que desta vez fui sujeita, é uma atitude emocional e arrogante ; porque com esta atitude, só podemos demonstrar no mínimo três (3) motivos :

a- O diálogo aberto é um instrumento de descobrir e de conhecer, quais são as pessoas com espírito crítico relativamente a questão de Timor Leste, e desta forma tomarão medidas para destruir o espaço de acção ou pura e simplesmente destrui-la.
b- Em Timor-Leste as pessoas são livres de falar sobre a questão política , mas depois são reprimidas.
c- Os que podem falar e decidir sobre o destino e o futuro do povo de Timor-Leste, não é o próprio Povo, mas um grupo de pessoas que estão dentro do círculo do poder (Estado) e/ou terceiros que não tem direito de intervir nesta questão.

Será que estas atitudes podem ajudar o estado Indonésio a encontrar uma solução para Timor-Leste ?

5- Não me recuso em ser investigado, mas não concordo com as medidas de investigação. Não aceito porque a base da investigação instruída pela Sua Ex.cia como promotor, não existe. Este é o

primeiro . Segundo, não aceito porque a minha presença no diálogo aberto é na qualidade de uma personalidade e a minha intervenção é na qualidade de uma personalidade política.

Se a minha intervenção contenha algum valor político que prejudique, e que tenha que ser investigada, então esta investigação não pode ser feita na qualidade de um funcionário civil do estado, mas como uma personalidade política.

Como funcionário civil do estado, até o momento, sinto-me que ainda não fiz nenhum mal, por causa disso não posso ser investigado como funcionário civil do estado.
Outros motivos que me fizeram testemunha, é de que durante este tempo todo os problemas políticos são resolvidos pelos agentes da segurança. Porque é que o meu caso é imediatamente resolvido pelo IRSTANAS ?

Para garantir à autoridade do Estado e da lei, solicito a atenção da Sua Ex.cia.

São estas as ideias que faço chegar a S.Excia, Senhor Governador: Se, porventura, houver algo que não seja do Seu agrado, apresento a S.Excia as minhas desculpas.
Muito obrigado.

Atenciosamente,

Dr. FRANCISCO LOPES DE CARVALHO

**TRADUÇÃO : ADALBERTO FERNANDES ALVES.**

*Cópia conhecimento para*:
1. Sua Excia o Secretário Geral das Nações Unidas em Nova Iorque;
2. Sua Excia o Presidente da Comissão Internacional dos Direitos Humanos em Genebra;
3. Sua Excia o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia em Jacarta;
4. Sua Excia o Chefe do Estado Maior em Jacarta;
5. Sua Excia o Misnistro do interior em Jacarta;
6. Sua Excia o Ministro da Defesa em Jacarta;
7. Sua Excia o presidente da Assembleia em Jacarta;
8. Sua Excia o Comandante em Chefe do Comando do Distrito Militar IX Udayana em Denpasar;
9. Sua Excia Reverendíssima o Bispo da Diocese de Dili;
10. Sua Excia o Comandante Militar de Timor;
11. Sua Excia o Presidente da Assembleia de Timor;
12. Sua Excia o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em Dili;

13. Sua Excia o Presidente da Comissão Justiça e Paz;
14. Suas Excias os senhores administradores dos Conselhos de Timor, Presidentes das Assembleias Regionais de Timor, Comandantes Militares e Polícias da Província de Timor;
15. Sua Excia o Presidente do Comité Nacional da Juventude Indonésio de Timor Leste;
16. Suas Excias os Presidentes dos Comités Nacionais da Juventude indonésios dos Conselhos da província de Timor;
17. Sua Excia o Presidente do Senado dos Universitários em Timor como participante do diálogo;
18. Sua Excia o Comandante Militar de Timor;
19. Arquivo.